

Pressa faz Governo admitir composição

O texto aprovado, embora ainda dependa de sanção presidencial, autoriza o Governo a contratar empresas privadas — mediante concessão, outorga e permissão — para a exploração do setor elétrico (produção, transmissão e distribuição), transportes, portos, vias federais, obras e serviços federais.

O Governo precisava que a proposta fosse aprovada à noite, pelo Congresso, para garantir a realização do leilão de privatização da Escelsa (Espírito Santo Centrais Elétricas), no dia 11 deste mês.

Percebendo que havia riscos de a votação ser adiada para o mês de agosto, os líderes governistas procuraram o PDT e o PPR para vencer as resistências à proposta. O acordo foi selado depois de uma conversa, por telefone, do ministro do Planejamento, José Serra, com o líder do PDT na Câmara, deputado Miro Teixeira.

Na terça-feira, um acordo com os governadores ampliou os prazos para que as concessionárias estaduais de energia elétrica possam continuar com o controle dos contratos. O parecer de José Carlos Aleluia assegurava às concessionárias estaduais de energia elétrica a manutenção dos contratos por mais 20 anos. Esse prazo foi fixado para permitir que as empresas estatais preparem-se para disputar as licitações com a iniciativa privada.

Os governadores consideraram insuficiente. Por isso, o Governo e o relator negociaram uma proposta de conciliação: os 20 anos só começarão a contar a partir do fim dos atuais contratos. Algumas concessionárias ganham mais 10 anos de prazo para se preparar para a competição com a iniciativa privada. Ou seja, só perderão a preferência de contratação em 2025.

Com essa regulamentação, o Governo espera atrair US\$ 12 bilhões/ano de investimentos privados no setor elétrico. Além disso, acredita que poderá retomar 17 obras de eletricidade que estão paradas por falta de recursos. Segundo o relator da MP, a manutenção “destes canteiros de obras” custa à União US\$ 300 milhões/ano.